

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SÔNIA FERREIRA DA SILVA DE ABREU

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DE ANGRA DOS REIS

Angra dos Reis
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SÔNIA FERREIRA DA SILVA DE ABREU

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DE ANGRA DOS REIS

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia do Instituto de Educação de
Angra dos Reis da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador:
Prof. Dr. Elionaldo Fernandes Julião

Angra dos Reis
2017

A162

Abreu, Sônia Ferreira da Silva de.

A evasão escolar na educação de jovens e adultos: análise da experiência de Angra dos Reis. / Sônia Ferreira da Silva de Abreu – 2017.

36f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, 2017.

Prof. Dr. Elionaldo Fernandes Julião

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Evasão Escolar. 3. Angra dos Reis. I. Julião, Elionaldo Fernandes. II. Universidade Federal Fluminense. III. Instituto de Educação de Angra dos Reis IV. Título.

CDD 374

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Joanilda Maria dos Santos, CRB7 / 6219 – Biblioteca do Instituto de Angra dos Reis – BIAR

SÔNIA FERREIRA DA SILVA DE ABREU

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DE ANGRA DOS REIS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Pedagogia, como requisito parcial para
conclusão do curso.

Aprovada em 02 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr . Elionaldo Fernandes Julião (Orientador) - UFF

Prof. Dr. Adriano Vargas - UFF

Prof.^a Dra. Maria Onete Lopes Ferreira - UFF

Angra dos Reis
2017

AGRADECIMENTOS

Á minha família, que sempre me apoiou desde a minha entrada na academia até agora que está na reta final.

Agradeço sempre a Deus por ter me dado forças para continuar minha jornada.

Ao meu orientador, pelo seu discernimento e sabedoria, pela sua paciência e dedicação.

A todos os mestres que de maneira bem particular passaram seus conhecimentos, que somaram muito para a minha vivência profissional.

Aos meus amigos que me apoiaram: Keyla, Viviane, Gleice, Deliane, Gerson e Wilson.

E a todos os demais amigos, que contribuíram direta ou indiretamente para meu sucesso.

Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo refletir sobre a evasão escolar que se constitui como um problema crescente no Brasil, afetando principalmente as escolas públicas. O maior índice de evasão escolar está relacionado às necessidades dos jovens trabalharem para ajudar na renda da família, fazendo com que aumente cada vez mais o número de adolescentes e jovens deixando as salas de aula. Este trabalho, em síntese, visa verificar as possíveis causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, principalmente analisados os dados da política implementada em Angra dos Reis

Palavras-chave: Evasão Escolar; Educação de Jovens e Adultos; Angra dos Reis.

ABSTRACT

This monograph aims to reflect on school evasion, which is a growing problem in Brazil, affecting mainly public schools. The highest rate of school dropout is related to the needs of young people working to help the family income, increasing the number of adolescents and young people leaving the classrooms. This work, in summary, aims to verify the possible causes of school dropout in the Education of Young and Adults, mainly analyzed the data of the policy implemented in Angra dos Reis

Key Words: School Evasion; Young and Adult Education; Angra dos Reis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL.....	10
2. A EJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.....	17
3. EVASÃO ESCOLAR.....	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXOS.....	32

INTRODUÇÃO

A evasão escolar em qualquer nível de ensino é um desafio para os profissionais da educação e uma preocupação no nosso sistema de ensino.

Números da evasão no Brasil mostram que todos os anos, milhares de crianças e adolescentes deixam as salas de aulas pelos mais diversos motivos.

A evasão escolar é concretizada quando um aluno deixa de frequentar as aulas no decorrer do ano letivo.

De acordo com as pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), a queda de matrículas na EJA é preocupante, pois muitos jovens e adultos ainda não sabem ler e escrever um simples bilhete, são chamados de analfabetos funcionais.

O elevado índice de analfabetos no Brasil está diretamente ligado a questões históricas como o tipo de colonização do Brasil, a escravidão, o poder nas mãos de uma elite conservadora que se apoderou das riquezas do país em benefício próprio e políticas assistencialistas mal sucedidas na área educacional.

De acordo com pesquisas coordenadas junto com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS, observamos que as matrículas da EJA vem decaindo ano a ano, ocasionando fechamento de escolas.

No primeiro capítulo, procuro refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, principalmente sobre marcos legais e operacionais que fundamentam a história política.

No segundo capítulo, reflito sobre a EJA no estado do Rio de Janeiro e no município de Angra dos Reis-

No terceiro capítulo, proponho uma reflexão sobre as consequências da evasão escolar e sobre a evasão na EJA no município de Angra dos Reis.

Sem ter a pretensão de esgotar o debate, em linhas gerais, pretendo, através desta monografia, apresentar algumas reflexões básicas sobre o tema, contribuindo com a discussão sobre a educação de jovens e adultos na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se estabelece como política pública na história da educação no Brasil a partir da década de 1940. Neste período, a sociedade passava por grandes transformações, principalmente com a institucionalização do sistema público de ensino gratuito atingindo cada vez mais setores sociais desassistidos anteriormente.

Em síntese, neste momento, o interesse do poder público em alfabetizar os sujeitos jovens e adultos era apenas de ensinar a ler e a escrever e não de despertar o pensamento crítico dos indivíduos.

Neste período, o governo brasileiro detecta um grande índice de adultos analfabetos no país. A ideia que se tinha era de que o analfabetismo gerava pobreza e marginalização. Ou seja, era responsável pelo atraso econômico e social do país. Que o adulto analfabeto era incapaz; não podia votar e sequer ser votado.

O fim do Estado Novo trouxe ao país um processo de redemocratização e a necessidade de integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção para um país que se diz em desenvolvimento.

Em 1947, foi realizada a primeira Campanha Nacional de Alfabetização que marcou o início de uma discussão sobre a educação de jovens e adultos. Neste momento, o objetivo central da política era alfabetiza-los para atuar nas primeiras indústrias que se instalava no país, assim como para possibilitar a ampliação do número de sujeitos votantes.

A partir da década de 1950 inicia-se uma discussão sobre o papel da alfabetização para os jovens e adultos das classes populares. Paulo Freire surge como um importante intelectual sobre o tema, defendendo que o problema do desenvolvimento do país não eram os analfabetos, mas sim que estes sujeitos eram vítimas das desigualdades sociais.

A sua participação culminou com a aprovação em 1964 do Plano Nacional de Alfabetização, fundamentado em uma proposta de conscientização dos sujeitos analfabetos no processo de alfabetização.

Infelizmente, com o Golpe Militar de 1964, toda esta proposta crítica e conscientizadora, deixada de lado e seus intelectuais perseguidos, tendo que exilar em outros países.

Em 1967, para atender aos interesses do atual governo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que visava atender a população de 15 a 30 anos. A

proposta, em linhas gerais, seguia a metodologia proposta por Freire, mas deixando de lado todo o seu caráter crítico e conscientizado.

Foi uma das políticas mais consistentes de EJA do país que chegou a atender mais de 40 milhões de pessoas com uma proposta política pedagógica de alfabetização de jovens e adultos. Perdurou até 1985, quando foi extinto e substituído no governo do presidente José Sarney pela Fundação Educar.

Já a Fundação Educar ficou até 1990 e foi extinta pelo então presidente Fernando Collor de Mello, não sendo colocado nada em seu lugar. Para muitos estudiosos do tema, a EJA foi totalmente desassistida neste período de governo.

Em 1971 foi promulgada primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 5.692/1971, que implantou o Ensino Supletivo.

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos não a tenha seguido ou concluído na idade própria; b) Proporcionar, mediante repetida volta á escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

A partir de 1988, com a aprovação da Constituição Federal, a Educação de Jovens e Adultos, no seu artigo 208 §1, define que a educação básica é obrigatória independente da idade. Nas disposições transitórias, são definidos meta e recurso orçamentário para a “erradicação do analfabetismo”.

Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209).

O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º).

Conforme o seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já conforme o seu Art. 208, “o dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de: § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) que concebe a EJA como modalidade da educação básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio.

No seu parágrafo 1º, determinou que os sistemas de ensino assegurassem gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, com oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Define que para ingressar na EJA, no ensino fundamental, o sujeito deve ter 15 anos e 18 anos para o ensino médio.

Estabelece em seu artigo 3º, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, gratuidade do ensino público, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A partir dessa base legal surge a necessidade da formulação de novas diretrizes curriculares para Educação de Jovens e Adultos.

O Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 11/2000, elaborado pelo professor Carlos Roberto Jamil Cury, é consequência da Lei 9394/96. Deste este parecer, temos dois pontos fundamentais para tratar hoje na EJA: a superação do conceito de supletivo, compreendendo-a como modalidade de ensino da educação básica (ensinos fundamental e médio).

Logicamente estas diretrizes se estenderiam e passariam a vigorar para a educação de jovens e adultos (EJA), do presente parecer. A EJA, de acordo com a Lei nº 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente.

A Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, no artigo 6º define as Diretrizes Curriculares da

Educação de Jovens e Adultos, dizendo que “cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos”.

Assim, a EJA foi repensada no tocante a sua oferta. O segundo ponto refere-se à necessidade de tratar com equidade os direitos de jovens e adultos no sentido de garantir o direito de acesso e permanência na educação.

Art. 5º (Parágrafo único): Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

A Lei 10.172 de 9/01/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (2001-2011) traz, dentre outras, as seguintes metas para a educação de jovens e adultos:

- (1) Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década e erradicar o analfabetismo; Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade;
- (2) Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais. Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos. Incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica.

Este Plano Nacional de Educação não foi completamente cumprido no tempo devido tornando-se obsoleto.

Em 2010 é aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CEB Nº 3, de 15 de junho de 2010, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Mantém os princípios, os objetivos e as Diretrizes formulados no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e, quanto à Resolução CNE/CEB nº 1/2000, amplia o alcance do disposto no artigo 7º para definir a idade mínima também para a frequência em cursos de EJA, bem como substitui o termo “supletivo” por “EJA”, no caput do artigo 8º, que determina idade mínima para o Ensino Médio em EJA.

Segundo o documento, Art. 7º:

Obedecido ao disposto no Art. 4º, I e VII da LDB e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

Art. 8º Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.

Segundo dados do IBGE (2010), o Brasil ainda possui quase 9% da população acima de 15 anos analfabeta, além de milhões de jovens e adultos que sequer concluíram o ensino fundamental.

A queda de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) preocupa especialistas. Desde 2008 é identificada uma queda considerável dos números de jovens e adultos matriculados na EJA. Em 2015, 3,4 milhões de adultos frequentavam a escola. A redução de 2007 até 2015 foi de mais de 1,5 milhões de matrículas.

Gráfico 1: Taxa de Matrículas no Brasil entre 2007 a 2015

6. Educação de Jovens e Adultos

Número de matrículas da EJA por etapa de ensino - Brasil - 2007 - 2015

Ano	Matrículas na educação de jovens e adultos por etapa de ensino					
	Total geral	Ensino fundamental			Médio	educação profissional ²
	Total	Anos iniciais	Anos finais			
2007	4.985.338	3.367.032	1.160.879	2.206.153	1.608.559	9.747
2008	4.945.424	3.291.264	1.127.077	2.164.187	1.635.245	18.915
2009	4.661.332	3.090.896	1.035.610	2.055.286	1.547.275	23.161
2010	4.267.234	2.846.104	923.197	1.922.907	1.388.852	52.278
2011	4.046.169	2.657.781	935.084	1.722.697	1.322.422	65.966
2012	3.906.877	2.488.768	870.181	1.618.587	1.309.871	108.238
2013	3.772.670	2.384.192	832.754	1.551.438	1.283.609	104.869
2014	3.592.908	2.225.979	774.352	1.451.627	1.265.911	101.018
2015	3.431.829	2.056.008	688.185	1.367.823	1.269.984	105.837
Δ% 2014/2015	-4,5	-7,6	-11,1	-5,8	0,3	4,8

Fonte: MEC/Inep/DIEED

Notas: 1) Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial e empresarial.
2) Inclui as matrículas de Curso técnico integrado ao médio, Cursos FIC integrado (médio/fundamental) e do Projovem (Urbano)



São 3,4 milhões de alunos frequentando a educação de jovens e adultos. Em 2007 esse número era de 4,9 milhões, uma redução de mais de 1,5 milhão de alunos.

A oferta de EJA vinculada à formação profissional teve aumento de 4,8% em 2015

Fonte: INEP

O Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). De acordo com levantamento divulgado pela UNESCO, o Brasil possui a oitava maior população de adultos analfabetos. São cerca de 14 milhões de pessoas. Isso significa que essas pessoas são incapazes de ler e escrever um simples bilhete, os chamados analfabetos funcionais.

Segundo a mesma pesquisa, o mapa do analfabetismo no país é preocupante, apesar da redução verificada nas últimas décadas. A pesquisa mostrou ainda que metade dos analfabetos encontram em apenas 10% dos municípios brasileiros, com maior evidencia nas capitais.

O analfabetismo está diretamente relacionado com a pobreza e a raças historicamente discriminadas como as nos negros e a dos índios.

A explicação do elevado índice de analfabetos no Brasil está diretamente ligada às questões históricas como o tipo de colonização do Brasil, a escravidão, o poder nas mãos de uma elite conservadora que se apoderou das riquezas do país em benefício próprio e políticas assistencialistas na área educacional.

A taxa de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais em 2014 foi estimada em 8,3% (13,2 milhões de pessoas). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2013, esse

indicador havia sido de 8,5% (13,3 milhões). O número de analfabetos é maior do que a população inteira da cidade de São Paulo, cerca de 12 milhões de pessoas, segundo estimativa do IBGE.

Entre as pessoas com menos de 30 anos, a taxa de analfabetismo ficou abaixo de 3% em 2013. Na faixa de idade entre 40 a 59 anos, a taxa é de 9,2%. O índice de idosos analfabetos, com 60 anos ou mais, alcançou 23,9%.

De acordo com pesquisas de dados realizadas pelo o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) de 2007 a 2015, mostra que em 2007 a taxa de analfabetos era no total de homens 10,4% e mulheres 9,9%. Já em 2015 perceber-se visivelmente que ocorre uma queda significativa nesta taxa, homens: 8,3% e mulheres 7,7%.

Segundo pesquisa realizada pelo Julião (2012, p. 9), “esses resultados apontam para o progressivo envelhecimento do perfil do grupo mais afetado pelo analfabetismo”. Isso se dá, devido uma parte que vem do campo e a outra por causa da retenção escolar, onde acarreta a não conclusão na idade certa.

CAPÍTULO 2 - A EJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Com a Deliberação CEE nº 285, de 26 de agosto de 2003, do Conselho Estadual de Educação (CEE) consolida as normas para execução de programas e funcionamento de cursos voltados para a Educação de Jovens e Adultos no território do estado do Rio de Janeiro.

Delibera no Art. 2º a organização curricular do curso da EJA:

A organização curricular dos Cursos de Educação para Jovens e Adultos pode ser feita, a critério da instituição, sob a forma de fases, etapas, períodos ou módulos e desenvolvida de modo seriado - com associação ao formato do ensino regular e/ou de modo disciplinar - fundamentado na progressão por área ou componente curricular, tal como definido nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

De acordo com dados do site da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/ RJ) em 2015, existem 1.290 escolas da rede estadual, com matrículas de 772.773 pessoas no estado, sendo dos quais 122.294 alunos da EJA nas formas presencial e semipresencial.

Tabela 1: Total de matrículas no Estado do Rio de Janeiro – 2015

Estado do Rio de Janeiro				Total de Matrículas da Educação Básica - Censo Escolar 2015							
				Matrículas por Dependência Administrativa							
				Modalidade de Ensino - Censo Escolar 2015							
Dependência Administrativa	Total de Escolas (%)	Matrículas		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Educação Profissional	EJA Presencial	EJA Semipresencial (*)	EAD - Educação a Distância
		Totais	(%)								
Federal	0,51	37.820	1,05	755	9.984	17.304	708	6.494	977		1.598
Estadual (1)	12,03	772.773	21,42	445	208.044	431.901	404	9.685	68.627	53.667	
SEEDUC	11,58	746.490	20,69		201.422	419.848	283	3.209	68.061	53.667	
Outras Secretarias (2)	0,45	26.283	0,73	445	6.622	12.053	121	6.476	566		
Municipal	46,85	1.677.721	46,51	334.391	1.230.858	5.520	8.450	1.608	94.132	2.762	
Privada	40,61	1.119.028	31,02	241.718	615.430	128.326	3.000	103.513	19.673	1.190	6.178
Total Geral		3.607.342		577.309	2.064.316	583.051	12.562	121.300	183.409	57.619	7.776

(1) - SEEDUC + Outras Secretarias
(2) - Outras Secretarias (Ciências e Tecnologia – FAETEC / Cultura / Secretaria de Segurança - Polícia Militar)
(*) - Foram somadas as matrículas da EJA Presencial Integrada à educação profissional de nível Fundamental e nível Médio, EJA Fundamental Projovem Urbano e EJA Formação Continuada ou Qualificação Profissional

Fonte:Secretaria de Estado de Educação(SEEDUC/RJ)

Conforme Censo Escolar de 2015 (Tabela 1), 248.804 estavam matriculados na EJA, sendo 183.409 na EJA presencial, 57.619 na EJA semi-presencial e 7.776 na EJA à distância.

Tabela 2: Total de Matrícula e Número por Segmento de Ensino – 2014

Total de Matrículas e Número de Matrículas por Segmento de Ensino - SEEDUC - Censo Escolar 2014													
Matrículas	Ensino Fundamental em 9 anos			Ensino Médio	EJA PRESENCIAL			Educação Especial	Educação Profissional	EJA Semipresencial			
	Total	Anos Iniciais	Anos finais		Total	1ª a 4ª série	5ª série a 8ª série			Ensino Médio	Total	Total	Total
746.490	201.422	896	200.526	419.848	68.061	1.338	8.495	58.228	283	3.209	53.667	18.797	34.870

Fonte: MEC/INEP/SEEDUC - Censo Escolar 2015

Número de Estabelecimentos por Dependência Administrativa - Censo Escolar de 2015							
Rede	Rede Estadual			Rede Municipal	Rede Privada	Total de Escolas	
	Total	SEEDUC	Outras Secretarias				
Federal	57	1.335	1.285	50	5.198	4.506	11.096

Fonte: Secretaria de Estado de Educação(SEEDUC/RJ)

Segundo dados do Censo 2015 (Tabela 2), a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro possuía 68.061 matrículas na EJA presencial. Sendo, 1.338 matrículas no primeiro segmento do ensino fundamental, 8.495 no segundo segmento, 58.228 no ensino médio. Já na EJA semipresencial estavam matriculados 53.667, sendo 18.797 no ensino fundamental e 34.870 no ensino médio.

Quanto ao número de estabelecimentos, segundo o documento, 11.096 no estado do Rio de Janeiro, sendo 57 da rede federal, 2.470 da rede estadual, 5.198 da municipal e 4.506 da rede privada.

Com o argumento de melhoria de qualidade de ensino do Rio de Janeiro e que promoveria melhores resultados de desempenho escolar, a Secretaria de Estado de Educação elaborou um planejamento estratégico para orientar a política estadual de educação. Esse modelo gerencial adotado definiu o modo de organização, o financiamento e a gestão das unidades escolares.

Atualmente, o Ensino Médio na modalidade EJA, na rede estadual do Rio de Janeiro acontece, predominantemente, nos cursos ofertados nos Colégios Estaduais e nos cursos semipresenciais nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS).

A EJA no município de Angra dos Reis

Em Angra dos Reis, regulamentado pelo Decreto 1.570 de 08/08/89, a educação de jovens e adultos passou a ser ofertada através do regular noturno.

Em 1990, foram formadas as primeiras classes, atendendo o previsto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988: “a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram na idade certa”.

O ensino de regular noturno iniciou-se sem nenhuma proposta pedagógica definida.

Desde que foi implantada a EJA no município, os alunos só tinham a opção do Regulador Noturno para concluírem o ensino fundamental.

Apoiando-se na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996) com relação à educação de jovens e adultos, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº1/2000 e na Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 285 de 26/08/2003, que regulamenta:

Art. 1º. Os Cursos de Educação para Jovens e Adultos autorizados pelo Órgão competente do Poder Público Estadual e oferecidos por instituições de ensino privadas ou públicas que não integrantes da Administração Pública Direta do Estado e dos Municípios, devidamente credenciadas, qualquer que seja a metodologia aplicada, não terão duração inferior a 24 (vinte e quatro) meses, quando se tratar de ensino correspondente às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, nem inferior a 18 (dezoito) meses, quando em nível equivalente ao Ensino Médio.

Ainda, conforme o documento:

Art. 2º. A organização curricular dos Cursos de Educação para Jovens e Adultos pode ser feita, a critério da instituição, sob a forma de fases, etapas, períodos ou módulos e desenvolvida de modo seriado - com associação ao formato do ensino regular e/ou de modo disciplinar -, fundamentado na progressão por área ou componente curricular, tal como definido nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º. Qualquer que seja a organização curricular ou metodologia empregada pelas instituições acima elencadas, nenhuma fase, etapa, período ou módulo pode ter duração inferior a 6 (seis) meses, inclusive e especialmente aquela que representar o último passo para conclusão do Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Após a Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) em 26/08/2003, os anos iniciais do ensino fundamental passou a ser concluído em 4 anos e não mais 8 anos, como no regular.

Mesmo depois da extinção do regular noturno no município, ainda permaneceu a proposta na unidade escolar, Escola Municipal Professor Cleusa Fortes do Pinho Jordão, situada na Japuiba até meados de 2017.

Tabela 3: O Ensino fundamental da EJA em Angra 2012

ENSINO FUNDAMENTAL - EJA					
I Etapa			II Etapa		
1ª Fase	Alfabetização	01 ano	1ª Fase	Anos Finais	01 semestre
2ª Fase	Alfabetização	01 ano	2ª Fase	Anos Finais	01 semestre
3ª Fase	Anos iniciais	01 semestre	3ª Fase	Anos Finais	01 semestre
4ª Fase	Anos Iniciais	01 semestre	4ª Fase	Anos Finais	01 semestre
Total	03 anos		Total	02 anos	

Fonte: BARRETO, 2012, p.50, apud JULIÃO, 2012

O sistema de ensino de Angra dos Reis prevê em sua organização a distribuição do curso em duas etapas (primeira e segunda) e oito fases. Quatro para cada etapa.

Na primeira etapa do ensino fundamental, a primeira e segunda fases são anuais e as demais semestrais. Na segunda etapa, todas as quatro fases são semestrais.

São dedicados 2 anos para a alfabetização, 1 ano para os anos iniciais do ensino fundamental e 2 anos para os anos finais do ensino fundamental.

No município de Angra dos Reis, entre 2013 a 2016, existiam 16 unidades escolares espalhadas em vários bairros, ofertando a educação de jovens e adultos no horário noturno das 18 às 22 horas, nas seguintes escolas:

Tabela 4: Distribuição de Escolas de EJA de Angra dos Reis

ESCOLA	BAIRRO
E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	Frade
E.M. PROF. ANTÔNIO JOSÉ NOVAES JORDAO	Morro do Perez
E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO	Japuiba

JORDÃO	
E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	Belém
E.M. RAUL POMPÉIA	Monsuaba
E.M. TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA	Japuiba
E.M. AUREA PIRES DA GAMA	Bracui
E.M. BRIGADEIRO NÓBREGA	Vila do Abraão - Ilha Grande
E.M. CEL. JOÃO PEDRO ALMEIDA	Camorim
E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	Parque das Palmeiras
E.M. DOM PEDRO I	Serra D'água
E.M. NOVA PEREQUÊ	Parque Mambucaba

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis (2017)

Entre 2014 a 2016 foram encerradas as atividades escolares de 4 escolas (E. M. PEDRO SOARES – Provetá – Ilha Grande; E.M. PROF. ADELAIDE FIGUEIRA – Monte Castelo; E.M. PROF. FRANCISCO DE A. OLIVEIRA DINIZ – Sertão Do Bracui; e E.M. THOMAZ H. MAC-CORMICK – Praia Da Longa - Ilha Grande), segundo dados enviados pela a Secretaria Municipal de Educação.

Com a entrada da nova Coordenação Pedagógica, em 2017, houve mudanças nas unidades escolares, reduzindo para 8 escolas:

Tabela 4: Distribuição de Escolas de EJA de Angra dos Reis

ESCOLA	BAIRRO
E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	Frade
E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	Japuiba
E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	Belém
E.M. RAUL POMPÉIA	Monsuaba
E.M. AUREA PIRES DA GAMA	Bracui

E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	Parque das Palmeiras
E.M. CORNELIS VEROLME	Verolme
E.M. NOVA PEREQUÊ	Parque Mambucaba

Fonte: Secretaria Municipal de Angra dos Reis(2017)

De acordo com a tabela abaixo, a taxa de matrículas da EJA vem caindo ano a ano:

Tabela 5: Número de alunos matriculados em Angra dos Reis (2013 – 2016)

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
2013	3.669
2014	3.383
2015	3.312
2016	3.106

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, (2017).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, as matrículas da Educação de Jovens e Adultos de 2013 a 2016 teve uma queda de 4,39% de alunos matriculados. Em 2016, havia 3.106 alunos matriculados na EJA na rede municipal.

Tabela 6: Matrículas em Angra dos Reis do ano de 2016

2016	E.M. AUREA PIRES DA GAMA	BRACUI	CANCELADO	9
			DESISTENTE	75
			FALECIDO	1
			RECLASSIFICADO	3
			REMANEJADO	1
			RETIDO	27
			RETIDO POR FALTA	46
			TRANSFERIDO	12
			Total	295
		Total		295
	E.M. CEL. JOÃO PEDRO ALMEIDA	CAMORIM	CANCELADO	17
			DESISTENTE	31
			PROMOVIDO	125

			REMANEJADO	5
			RETIDO	36
			RETIDO POR FALTA	58
			TRANSFERIDO	12
			Total	284
		Total		284
	E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	PARQUE DAS PALMEIRAS	CANCELADO	5
			DESISTENTE	4
			PROMOVIDO	7
			RETIDO	2
			RETIDO POR FALTA	2
			Total	20
		Total		20
	E.M. NOVA PEREQUÊ	PARQUE MAMBUCABA	CANCELADO	69
			DESISTENTE	48
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	228
			RECLASSIFICADO	6
			REMANEJADO	1
			RETIDO	34
			RETIDO POR FALTA	93
			TRANSFERIDO	11
			Total	491
		Total		491
	E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	FRADE	CANCELADO	7
			DESISTENTE	32
			PROMOVIDO	159
			RECLASSIFICADO	1
			REMANEJADO	1
			RETIDO	71
			RETIDO POR FALTA	98
			TRANSFERIDO	5
			Total	374
		Total		374
	E.M. PROF. ANTÔNIO JOSÉ NOVAES JORDAO	MORRO DO PEREZ	CANCELADO	34
			DESISTENTE	17
			PROMOVIDO	50
			RETIDO	19
			RETIDO POR	37

			FALTA	
			TRANSFERIDO	14
			Total	171
		Total		171
	E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	JAPUIBA	DESISTENTE	40
			PROMOVIDO	82
			RECLASSIFICADO	8
			RETIDO	7
			RETIDO POR FALTA	78
			TRANSFERIDO	22
			Total	237
		Total		237
	E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	BELEM	CANCELADO	50
			DESISTENTE	20
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	156
			RECLASSIFICADO	5
			RETIDO	61
			RETIDO POR FALTA	53
			TRANSFERIDO	5
			Total	351
		Total		351
	E.M. RAUL POMPÉIA	MONSUABA	CANCELADO	54
			DESISTENTE	31
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	141
			RECLASSIFICADO	2
			REMANEJADO	2
			RETIDO	29
			RETIDO POR FALTA	34
			TRANSFERIDO	4
			Total	298
		Total		298

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis (2017)

Na tabela 6, podemos observar que entre os cancelados e desistentes das escolas, a taxa de 54,3 % é muito alta, em comparação aos promovidos.

CAPÍTULO 3 – EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar tem sido muito debatida, mas ainda está muito longe de ser solucionada. Em linhas gerais, procura-se saber qual o papel da família e da escola em relação à vida escolar dos alunos.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em sua trajetória sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O que se observa é que a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação.

Foram apontados muitos aspectos como causa da evasão escolar como: descaso do poder público, a desestruturação familiar, desemprego, a escola e até mesmo a própria criança, com isto, tira a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

É preciso considerar que a evasão escolar é uma situação problemática. Convém esclarecer que o termo evasão escolar será entendido como resultado do fracasso escolar do estudante e da própria instituição escolar, como se verá mais adiante ao estudar as causas e consequências da evasão escolar, assim também, como seus efeitos na produtividade da escola.

Atualmente não se sabe a quem culpar especificamente pela evasão escolar, uma vez que nesse contexto há inúmeros atores envolvidos direta e indiretamente.

A evasão escolar não ocorre somente a uma determinada região do Brasil, mas em todo o país. A evasão escolar não é só um problema do ensino regular, mas também da EJA.

Nos dias atuais, a escola, para cumprir seu papel, deve adaptar-se à diversidade dos alunos, uma vez que essa é a exigência imposta pela sociedade. Muitas das vezes, vemos que a escola não consegue suprir tal adequação e o corpo docente não está preparado para a atual conjuntura, causando o fracasso escolar.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2012, o Brasil tinha uma taxa de 24,3% de evasão. A maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), só atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%).

Neste relatório, sugere que o país adote "políticas educacionais ambiciosas" para mudar essa situação, por causa do envelhecimento da população brasileira, que deve se intensificar nas próximas décadas e reduzir o percentual de trabalhadores ativos.

Evasão na EJA

Hoje no Brasil, a evasão escolar se constitui como um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas.

Geralmente quando volta para a escola sente-se um pouco retraído e desse modo cabe ao professor estimulá-lo a fim de que possa participar de todas as atividades propostas e fazê-lo sentir bem com o grupo de estudo.

Vamos lembrar que essa evasão acontece em todos os níveis de ensino, incluindo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, o que não exclui desses índices a modalidade EJA.

Muitos professores usam o mesmo conteúdo, material e metodologia dos alunos da educação regular, nisso a uma infantilização na EJA. Tudo em total descompasso com a realidade da EJA.

Dessa forma, muitos alunos não conseguem compreender os conteúdos por estarem fora da escola há muito tempo e ou por nunca ter frequentado os bancos escolares.

A reprovação e as evasões são um grave problema no Brasil. O combate da evasão escolar é uma forma de garantir o direito á educação, sendo um dever imposto a todos, para garantir o sucesso.

De acordo com relatórios anuais do censo escolar brasileiro, há uma grande defasagem idade/série. Um fato muito presente em toda rede pública, devido ao grande número de reprovação e retenção do aluno no estabelecimento de ensino.

Segundo levantamento realizado em 2012, entre jovens e adultos de faixa etária de 15 a 24 anos, que estão sendo matriculados na EJA, devido um grande números de retenções. As maiorias desses jovens já deveriam estar cursando o nível superior.

Evasão na EJA de Angra dos Reis

No município de Angra dos Reis, a Secretaria Municipal de Educação utiliza a seguinte nomenclatura para aqueles que se evadem: DESISTENTE.

Através dos dados da Secretaria Municipal de Educação, pudemos constatar que 30% dos matriculados na EJA evadem das escolas por algum motivo.

Com a evasão, muitas turmas são canceladas por falta de alunos e os remanescentes são transferidos, muitas das vezes para uma unidade escolar distante da sua residência.

Dados mostram que a cada ano cresce o percentual de alunos evadidos. Conforme tabela, abaixo, estão somados não só os desistentes, como também os que cancelaram a sua matrícula.

Tabela 6: Matrículas canceladas e de alunos desistente entre os anos de 2014 e 2016.

Resumo	2014	2015	2016	Total
CANCELADO	268	201	287	756
DESISTENTE	572	418	375	1.365

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis (2017)

Como podemos observar, os cancelamentos e as desistências de matrículas são bem elevados e não sabemos quais os motivos que levam esses alunos a desistirem.

De acordo com dados obtidos, as evasões são encontradas em todas as etapas da EJA.

Tabela 7: Evasão na EJA em Angra dos Reis (2014 a 2016)

Desistentes	2014	2015	2016
EJA ETAPA1-FASE 1	28	31	40
EJA ETAPA1-FASE 2	30	13	19
EJA ETAPA1-FASE 3	11	11	8
EJA ETAPA1-FASE 4	19	7	5
EJA ETAPA2-FASE 1	32	18	9
EJA ETAPA2-FASE 2	19	18	9
EJA ETAPA2-FASE 3	14	24	0
EJA ETAPA2-FASE 4	10	13	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis (2017)

Nesta tabela acima é possível perceber que há nas respectivas Etapas da EJA, uma queda significativa de alunos, que por algum motivo desistem de continuar na escola. Essa taxa de cancelamento ou desistência, já perdura há alguns anos, como podem verificar.

E importante que a Secretaria Municipal de Educação e a escola levem em consideração que os sujeitos da EJA são cidadãos. Precisam analisar com muito cuidado o que efetivamente está ocasionando o referido fato social e propor políticas que contribuam para que os jovens e adultos matriculados consigam alcançar a realização de seus objetivos.

CAPITULO 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a evasão na Educação de Jovens e Adultos pode ter diversas razões, porém é inegável que esse fato compromete a qualidade de vida do estudante e os seus anseios para o futuro.

O principal motivo para o retorno à escola na modalidade EJA é o ingresso no mercado de trabalho, pois uma das exigências do mercado na atualidade é a conclusão da educação básica.

Além disso, as maiores taxas de evasão escolar continuam sendo de jovens com idade entre 16 e 18 anos, tal dado nos remete a longa superação das taxas de analfabetismo no Brasil, quando os mais jovens ainda continuam evadindo a escola.

O que as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais estão fazendo para que esse grupo seja contemplado com mais respeito e suas necessidades?

Precisamos ver quais as providências que estão sendo tomadas para uma melhor qualidade de ensino para esses estudantes: qual metodologia está sendo empregada, qual prática pedagógica está sendo utilizada. Isso tudo, influência para que muitos se evadam da Educação de Jovens e Adultos.

Vale destacar que se faz necessário um estudo aprofundado sobre a EJA, para que se obtenham conhecimentos a respeito desta modalidade, pois se refere a um público alvo com características específicas. Esses alunos defronta se com uma série de obstáculos, tais como carga exaustiva de trabalho, preconceito, falta de estímulos próprios, que fazem destes alunos pessoas que buscam na escola, um ambiente que os torne cidadãos críticos e participativos, construtores do próprio conhecimento.

Compreendendo a importância do debate para a implantação da política de EJA na sociedade contemporânea, esta monografia, em linhas gerais, teve como objetivo apresentar algumas questões sobre o problema. Sem ter a pretensão de esgotar o tema, tivemos a oportunidade de refletir sobre, analisando principalmente os dados do município de Angra dos Reis. Espero que este material contribua com as discussões na área de EJA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Leis e Resoluções visitadas:

BRASIL, Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Criação do Plano Nacional de Educação.

BRASIL, Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases da Educação,

BRASIL, Lei nº 9.934 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação, Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ATO DO CONSELHO DELIBERAÇÃO CEE Nº 285 DE 26 DE AGOSTO DE 2003 Altera normas para o funcionamento de cursos destinados à Educação para Jovens e Adultos, revoga os artigos 7.º, 8.º, 9.º e 12 da Deliberação CEE n.º 259/ 2000, e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2010 (*) Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos por meio da Educação a Distância

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1, DE 5 DE JULHO DE 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.
Pesquisas

BARRETO, Katyucha Ramos. **Políticas públicas de educação para jovens e adultos: análise da experiência de Angra dos Reis**. Monografia de conclusão de curso de Pedagogia apresentado ao IEAR/UFF, 2012.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Projeto de Pesquisa: Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos na Região Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro: Mapeamento do Território e subsídio a uma nova agenda política**. IEAR/UFF, 2012.

Website Visitado:

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/os-jesuitas-no-brasil.htm>
Acesso 16/04/2017

<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>
Acesso 21/04/2017

http://www.ceperj.rj.gov.br/int/.../Boletim_2014/Boletim%20nº%202%20%20
Agosto
Acesso 22/04/2017

<http://download.rj.gov.br/documents/10112/2705224/DLFE-83365.pdf/TotaldeMatriculascenso2015.pdf>
Acesso 23 04 2017

<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>
Acesso 19/05/2017

ANEXOS



Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Tabela de alunos matriculados por ano

Resumo	alunos
2013	3.699,00
2014	3.383,00
2015	3.312,00
2016	3.106,00

Tabela de escolas de 2013 a 2016

Resumo				alunos
2013	E.M. AUREA PIRES DA GAMA	BRACUI	CANCELADO	9
			DESISTENTE	48
			PROMOVIDO	125
			RETIDO	59
			RETIDO POR FALTA	129
			TRANSFERID O	8
			Total	378
		Total		378
	E.M. BRIGADEIRO NÓBREGA	VILA DO ABRAAO – ILHA GRANDE	CANCELADO	4
			DESISTENTE	2
			PROMOVIDO	29
			RETIDO	24
			TRANSFERID O	1
			Total	60
		Total		60
	E.M. CEL. JOÃO PEDRO ALMEIDA	CAMORIM	CANCELADO	94
			DESISTENTE	45
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	135

			RETIDO	85
			RETIDO POR FALTA	15
			TRANSFERIDO	14
			Total	389
		Total		389
	E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	PARQUE DAS PALMEIRAS	CANCELADO	1
			PROMOVIDO	18
			RETIDO	3
			RETIDO POR FALTA	10
			Total	32
		Total		32
	E.M. DOM PEDRO I	SERRA DAGUA	DESISTENTE	9
			PROMOVIDO	14
			RETIDO	22
			RETIDO POR FALTA	4
			Total	49
		Total		49
	E.M. NOVA PEREQUÊ	PARQUE MAMBUCABA	CANCELADO	17
			DESISTENTE	122
			PROMOVIDO	248
			RECLASSIFICADO	9
			REMANEJADO	1
			RETIDO	63
			RETIDO POR FALTA	70
			TRANSFERIDO	12
			Total	542
		Total		542
	E.M. PEDRO SOARES	PROVETA - ILHA GRANDE	DESISTENTE	12
			PROMOVIDO	56
			RECLASSIFICADO	4
			Total	72
		Total		72
	E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	FRADE	CANCELADO	3
			DESISTENTE	58
			PROMOVIDO	159
			RECLASSIFIC	3

			ADO	
			RETIDO	99
			RETIDO POR FALTA	20
			TRANSFERIDO	4
			Total	346
		Total		346
	E.M. PROF. ADELAIDE FIGUEIRA	MONTE CASTELO	CANCELADO	1
			DESISTENTE	21
			PROMOVIDO	25
			RECLASSIFICADO	4
			REMANEJADO	1
			RETIDO	16
			RETIDO POR FALTA	4
			TRANSFERIDO	2
			Total	74
		Total		74
	E.M. PROF. ANTÔNIO JOSÉ NOVAES JORDAO	MORRO DO PEREZ	CANCELADO	29
			DESISTENTE	48
			PROMOVIDO	87
			RECLASSIFICADO	6
			RETIDO	64
			RETIDO POR FALTA	23
			TRANSFERIDO	35
			Total	292
		Total		292
	E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	JAPUIBA	CANCELADO	6
			DESISTENTE	87
			PROMOVIDO	96
			RECLASSIFICADO	7
			RETIDO	13
			RETIDO POR FALTA	48
			TRANSFERIDO	12
			Total	269
		Total		269

	E.M. PROF. FRANCISCO DE A. OLIVEIRA DINIZ	SERTAO DO BRACUI	DESISTENTE	6
			PROMOVIDO	54
			RETIDO POR FALTA	2
			Total	62
		Total		62
	E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	BELEM	CANCELADO	53
			DESISTENTE	47
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	180
			RECLASSIFICADO	8
			RETIDO	52
			RETIDO POR FALTA	52
			TRANSFERIDO	8
			Total	401
		Total		401
	E.M. RAUL POMPÉIA	MONSUABA	CANCELADO	4
			DESISTENTE	69
			PROMOVIDO	138
			RECLASSIFICADO	5
			RETIDO	36
			RETIDO POR FALTA	31
			TRANSFERIDO	3
			Total	286
		Total		286
	E.M. TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA	JAPUIBA	CANCELADO	27
			DESISTENTE	158
			PROMOVIDO	172
			RECLASSIFICADO	7
			REMANEJADO	2
			RETIDO	57
			RETIDO POR FALTA	9
			TRANSFERIDO	15
			Total	447
		Total		447
	Total			3.690

2014	E.M. AUREA PIRES DA GAMA	BRACUI	CANCELADO	10
			DESISTENTE	56
			PROMOVIDO	135
			RECLASSIFICADO	2
			RETIDO	90
			RETIDO POR FALTA	70
			TRANSFERIDO	12
			Total	377
		Total		377
	E.M. BRIGADEIRO NÓBREGA	VILA DO ABRAAO - ILHA GRANDE	CANCELADO	3
			DESISTENTE	3
			PROMOVIDO	16
			RETIDO	25
			RETIDO POR FALTA	1
			TRANSFERIDO	5
			Total	53
		Total		53
	E.M. CEL. JOÃO PEDRO ALMEIDA	CAMORIM	CANCELADO	109
			DESISTENTE	5
			PROMOVIDO	111
			RETIDO	77
			RETIDO POR FALTA	35
			TRANSFERIDO	10
			Total	347
		Total		347
	E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	PARQUE DAS PALMEIRAS	CANCELADO	2
			DESISTENTE	9
			PROMOVIDO	7
			RETIDO	6
			RETIDO POR FALTA	1
			Total	25
		Total		25
	E.M. DOM PEDRO I	SERRA DAGUA	CANCELADO	1
			DESISTENTE	33
			PROMOVIDO	72
			RETIDO	27

			RETIDO POR FALTA	4
			TRANSFERIDO	2
			Total	139
		Total		139
	E.M. NOVA PEREQUÊ	PARQUE MAMBUCABA	CANCELADO	4
			DESISTENTE	83
			PROMOVIDO	203
			RECLASSIFICADO	5
			RETIDO	67
			RETIDO POR FALTA	64
			TRANSFERIDO	7
			Total	433
		Total		433
	E.M. PEDRO SOARES	PROVETA - ILHA GRANDE	CANCELADO	1
			PROMOVIDO	19
			RETIDO	2
			RETIDO POR FALTA	6
			Total	28
		Total		28
	E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	FRADE	CANCELADO	36
			DESISTENTE	4
			PROMOVIDO	196
			RECLASSIFICADO	3
			RETIDO	101
			RETIDO POR FALTA	40
			TRANSFERIDO	5
			Total	385
		Total		385
	E.M. PROF. ADELAIDE FIGUEIRA	MONTE CASTELO	CANCELADO	2
			PROMOVIDO	6
			RETIDO	6
			RETIDO POR FALTA	9
			TRANSFERIDO	4
			Total	27

		Total		27
	E.M. PROF. ANTÔNIO JOSÉ NOVAES JORDAO	MORRO DO PEREZ	CANCELADO	13
			DESISTENTE	37
			PROMOVIDO	66
			RETIDO	23
			RETIDO POR FALTA	3
			TRANSFERIDO	16
			Total	158
		Total		158
	E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	JAPUIBA	CANCELADO	3
			DESISTENTE	76
			PROMOVIDO	75
			RECLASSIFICADO	7
			REMANEJADO	1
			RETIDO POR FALTA	56
			TRANSFERIDO	12
			Total	230
		Total		230
	E.M. PROF. FRANCISCO DE A. OLIVEIRA DINIZ	SERTAO DO BRACUI	PROMOVIDO	50
			RETIDO POR FALTA	2
			Total	52
		Total		52
	E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	BELEM	CANCELADO	22
			DESISTENTE	53
			PROMOVIDO	204
			RETIDO	30
			RETIDO POR FALTA	67
			TRANSFERIDO	8
			Total	384
		Total		384
	E.M. RAUL POMPÉIA	MONSUABA	CANCELADO	45
			DESISTENTE	101
			PROMOVIDO	119
			RECLASSIFICADO	2
			REMANEJADO	1

			O	
			RETIDO	38
			RETIDO POR FALTA	14
			TRANSFERIDO	18
			Total	338
		Total		338
	E.M. TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA	JAPUIBA	CANCELADO	15
			DESISTENTE	112
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	135
			RECLASSIFICADO	1
			REMANEJADO	1
			RETIDO	60
			RETIDO POR FALTA	64
			TRANSFERIDO	18
			Total	407
		Total		407
	Total			3.383
2015	E.M. AUREA PIRES DA GAMA	BRACUI	CANCELADO	4
			DESISTENTE	15
			PROMOVIDO	138
			RETIDO	46
			RETIDO POR FALTA	154
			TRANSFERIDO	1
			Total	358
		Total		358
	E.M. BRIGADEIRO NÓBREGA	VILA DO ABRAAO - ILHA GRANDE	PROMOVIDO	36
			RETIDO	18
			Total	54
		Total		54
	E.M. CEL. JOÃO PEDRO ALMEIDA	CAMORIM	CANCELADO	50
			DESISTENTE	58
			PROMOVIDO	118
			RECLASSIFICADO	2
			RETIDO	33
			RETIDO POR	29

			FALTA	
			TRANSFERID O	12
			Total	302
		Total		302
	E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	PARQUE DAS PALMEIRAS	CANCELADO	1
			DESISTENTE	6
			PROMOVIDO	9
			RETIDO POR FALTA	2
			Total	18
		Total		18
	E.M. DOM PEDRO I	SERRA DAGUA	CANCELADO	1
			DESISTENTE	38
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	72
			RECLASSIFIC ADO	1
			RETIDO	25
			RETIDO POR FALTA	3
			TRANSFERID O	2
			Total	143
		Total		143
	E.M. NOVA PEREQUÊ	PARQUE MAMBUCABA	 	8
			CANCELADO	38
			DESISTENTE	54
			PROMOVIDO	230
			RETIDO	30
			RETIDO POR FALTA	145
			TRANSFERID O	1
			Total	506
		Total		506
	E.M. PEDRO SOARES	PROVETA - ILHA GRANDE	DESISTENTE	1
			PROMOVIDO	13
			Total	14
		Total		14
	E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	FRADE	 	1
			CANCELADO	4
			DESISTENTE	70
			PROMOVIDO	220

			RETIDO	64
			RETIDO POR FALTA	95
			TRANSFERIDO	1
			Total	455
		Total		455
	E.M. PROF. ANTÔNIO JOSÉ NOVAES JORDAO	MORRO DO PEREZ	CANCELADO	16
			DESISTENTE	18
			PROMOVIDO	57
			RECLASSIFICADO	1
			RETIDO	53
			RETIDO POR FALTA	7
			TRANSFERIDO	14
			Total	166
		Total		166
	E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	JAPUIBA	CANCELADO	8
			DESISTENTE	53
			PROMOVIDO	72
			RECLASSIFICADO	8
			RETIDO	12
			RETIDO POR FALTA	73
			TRANSFERIDO	22
			Total	248
		Total		248
	E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	BELEM	CANCELADO	25
			DESISTENTE	18
			PROMOVIDO	183
			RECLASSIFICADO	3
			RETIDO	27
			RETIDO POR FALTA	71
			TRANSFERIDO	9
			Total	336
		Total		336
	E.M. RAUL POMPÉIA	MONSUABA	CANCELADO	34
			DESISTENTE	38
			PROMOVIDO	111

			RECLASSIFICADO	2
			RETIDO	38
			RETIDO POR FALTA	27
			TRANSFERIDO	15
			Total	265
		Total		265
	E.M. TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA	JAPUIBA	 	5
			CANCELADO	20
			DESISTENTE	48
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	164
			RECLASSIFICADO	5
			REMANEJADO	1
			RETIDO	49
			RETIDO POR FALTA	121
			TRANSFERIDO	14
			Total	428
		Total		428
	E.M. THOMAZ H. MAC-CORMICK	PRAIA DA LONGA - ILHA GRANDE	PROMOVIDO	15
			RETIDO	1
			RETIDO POR FALTA	3
			Total	19
		Total		19
	Total			3.312
2016	E.M. AUREA PIRES DA GAMA	BRACUI	CANCELADO	9
			DESISTENTE	75
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	121
			RECLASSIFICADO	3
			REMANEJADO	1
			RETIDO	27
			RETIDO POR FALTA	46
			TRANSFERIDO	12
			Total	295

		Total		295
	E.M. BRIGADEIRO NÓBREGA	VILA DO ABRAAO - ILHA GRANDE	CANCELADO	3
			PROMOVIDO	26
			REMANEJADO	1
			RETIDO	10
			RETIDO POR FALTA	11
			TRANSFERIDO	1
			Total	52
		Total		52
	E.M. CEL. JOÃO PEDRO ALMEIDA	CAMORIM	CANCELADO	17
			DESISTENTE	31
			PROMOVIDO	125
			REMANEJADO	5
			RETIDO	36
			RETIDO POR FALTA	58
			TRANSFERIDO	12
			Total	284
		Total		284
	E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	PARQUE DAS PALMEIRAS	CANCELADO	5
			DESISTENTE	4
			PROMOVIDO	7
			RETIDO	2
			RETIDO POR FALTA	2
			Total	20
		Total		20
	E.M. DOM PEDRO I	SERRA DAGUA	CANCELAD	3
			DESISTENTE	30
			PROMOVIDO	47
			RECLASSIFICADO	1
			REMANEJADO	1
			RETIDO	20
			RETIDO POR FALTA	19
			TRANSFERIDO	1
			Total	122
		Total		122

	E.M. NOVA PEREQUÊ	PARQUE MAMBUCABA	CANCELADO	69
			DESISTENTE	48
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	228
			RECLASSIFICADO	6
			REMANEJADO	1
			RETIDO	34
			RETIDO POR FALTA	93
			TRANSFERIDO	11
			Total	491
		Total		491
	E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	FRADE	CANCELADO	7
			DESISTENTE	32
			PROMOVIDO	159
			RECLASSIFICADO	1
			REMANEJADO	1
			RETIDO	71
			RETIDO POR FALTA	98
			TRANSFERIDO	5
			Total	374
		Total		374
	E.M. PROF. ANTÔNIO JOSÉ NOVAES JORDAO	MORRO DO PEREZ	CANCELADO	34
			DESISTENTE	17
			PROMOVIDO	50
			RETIDO	19
			RETIDO POR FALTA	37
			TRANSFERIDO	14
			Total	171
		Total		171
	E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	JAPUIBA	DESISTENTE	40
			PROMOVIDO	82
			RECLASSIFICADO	8
			RETIDO	7
			RETIDO POR FALTA	78

			TRANSFERID O	22
			Total	237
		Total		237
	E.M. PROF.TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	BELEM	CANCELADO	50
			DESISTENTE	20
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	156
			RECLASSIFIC ADO	5
			RETIDO	61
			RETIDO POR FALTA	53
			TRANSFERID O	5
			Total	351
		Total		351
	E.M. RAUL POMPÉIA	MONSUABA	CANCELADO	54
			DESISTENTE	31
			FALECIDO	1
			PROMOVIDO	141
			RECLASSIFIC ADO	2
			REMANEJAD O	2
			RETIDO	29
			RETIDO POR FALTA	34
			TRANSFERID O	4
			Total	298
		Total		298
	E.M. TEREZA PINHEIRO DE ALMEIDA	JAPUIBA	CANCELADO	37
			CURSANDO	1
			DESISTENTE	47
			PROMOVIDO	130
			RECLASSIFIC ADO	7
			REMANEJAD O	8
			RETIDO	23
			RETIDO POR FALTA	142
			TRANSFERID O	16
			Total	411
		Total		411

	Total			3.106
Total				13.500



Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Tabela de alunos matriculados em 2017- 1º semestre

			alunos
E.M. AUREA PIRES DA GAMA	BRACUI	CANCELADO	10
		CURSANDO	151
		RECLASSIFICADO	4
		TRANSFERIDO	2
		Total	167
	Total		167
E.M. CORNELIS VEROLME	VEROLME	CANCELADO	2
		CURSANDO	177
		DESISTENTE	1
		FALECIDO	2
		RECLASSIFICADO	8
		TRANSFERIDO	3
		Total	193
	Total		193
E.M. DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	PARQUE DAS PALMEIRAS	CURSANDO	13
		Total	13
E.M. NOVA PEREQUÊ	PARQUE MAMBUCABA	CANCELADO	40
		CURSANDO	237
		FALECIDO	1
		RECLASSIFICADO	3
		TRANSFERIDO	5
		Total	286
E.M. PREF. JOSE LUIZ RIBEIRO RESECK	FRADE	CURSANDO	147
		RECLASSIFICADO	6
		TRANSFERIDO	3

		Total	156
E.M. PROF. CLEUSA FORTES DE PINHO JORDÃO	JAPUIBA	CANCELADO	6
		CURSANDO	444
		RECLASSIFICADO	7
		REMANEJADO	6
		TRANSFERIDO	9
		Total	472
E.M. PROF. TÂNIA RITA DE O. TEIXEIRA	BELEM	CANCELADO	4
		CURSANDO	203
		RECLASSIFICADO	5
		REMANEJADO	1
		TRANSFERIDO	4
		Total	217
E.M. RAUL POMPÉIA	MONSUABA	CANCELADO	4
		CURSANDO	185
		DESISTENTE	1
		TRANSFERIDO	6
		Total	196
Total			1.700